

Política de Gestão de Riscos

Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A.

Versão 1.0 - 2022

SUMÁRIO

Capítulo I – Da Finalidade e Abrangência	03
Capítulo II – Dos Objetivos	03
Capítulo III – Dos Princípios e Diretrizes	04
Capítulo IV – Da Estrutura da Gestão de Riscos	04
Capítulo V – Dos Critérios de Risco	06
Seção I – Das Tabelas de Probabilidade e de Impacto	06
Seção II – Da Matriz de Riscos	08
Seção III – Do Apetite e Tolerância aos Riscos	09
Seção IV – Da Categoria dos Riscos	10
Capítulo VI – Das Responsabilidades	10
Capítulo VII – Disposições Finais	13

Política de Gestão de Riscos

Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A.

CAPÍTULO I – DA FINALIDADE E ABRANGÊNCIA

Art. 1. A presente Política de Gestão de Riscos tem por finalidade estabelecer as diretrizes e os princípios de Gestão de Riscos da Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. - CTD, alinhada à transparência nos processos e às melhores práticas de governança corporativa.

Art. 2. Esta política aplica-se aos administradores, aos empregados efetivos e em período de experiência, aos ocupantes de cargo em comissão, aos empregados e servidores públicos em disposição funcional à CTD, aos empregados terceirizados e aos estagiários.

CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS

Art. 3. São objetivos desta política estabelecer os princípios, as diretrizes e as responsabilidades que devem ser observadas para a Gestão de Riscos na CTD, visando especialmente a:

- I - adotar a gestão de riscos na organização de forma sistemática, estruturada e oportuna;
- II - contribuir para aumentar a probabilidade do atingimento dos objetivos estratégicos;
- III - estabelecer níveis adequados de exposição aos riscos;
- IV - buscar identificar e tratar no prazo mais adequado os riscos em toda a organização;
- V - contribuir para facilitar a identificação de oportunidades e ameaças, diminuindo as incertezas nas atividades da CTD;
- VI - prezar pela conformidade dos processos organizacionais;
- VII - utilizar a gestão de riscos para impulsionar a melhoria contínua dos processos organizacionais;
- VIII - estabelecer uma base confiável para a tomada de decisões estratégicas, táticas e operacionais;
- IX - estabelecer controles internos proporcionais aos riscos;
- X - aumentar a eficácia e eficiência operacional;

XI - fortalecer a capacidade da organização de se adaptar a mudanças; e

XII - gerar valor para o negócio.

CAPÍTULO III – DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Art. 4. Para a aplicação desta política, a CTD adota os seguintes princípios e diretrizes:

I - garantir que a Gestão de Riscos seja parte importante da cultura da CTD, tendo em vista que proporcionará à organização atuar de forma preventiva, preditiva e proativa, de modo a evitar que incertezas possam impactar negativamente na consecução dos objetivos estratégicos;

II - adotar metodologia própria de gestão de riscos, em conformidade com as melhores práticas internacionais, como COSO II ERM e ABNT NBR ISO 31000, entre outras, de forma customizada às suas necessidades e condições, destacando-se as ações a seguir:

III - trabalhar de forma preventiva, preditiva e proativa, visando antecipar ações que minimizem os efeitos de possíveis eventos que possam afetar o atingimento dos objetivos nos diversos níveis da organização;

a) utilizar a gestão de riscos como parte integrante de um processo contínuo de melhoria da governança organizacional, garantindo razoável segurança para a realização das atividades rotineiras;

b) realizar o tratamento adequado dos riscos, agregando valor à empresa e propiciando a redução dos impactos negativos decorrentes de possível materialização desses eventos, auxiliando na melhoria do processo de tomada de decisão;

c) capacitar os funcionários, por meio de treinamentos específicos que abordem, de forma clara e objetiva, os principais instrumentos e ferramentas de gestão de riscos adotados pela empresa, buscando aprimorar e unificar a linguagem e o conhecimento em toda a organização.

CAPÍTULO IV - DA ESTRUTURA DA GESTÃO DE RISCOS

Art. 5. A estrutura da gestão de riscos da CTD compreende todos os níveis de atuação da empresa (Presidência, Diretorias, Gerências, Coordenações, processos e atividades) e deve assegurar a eficiência e eficácia do processo de gestão de riscos, de modo a contribuir para o atingimento dos objetivos da companhia.

Art. 6. Para Fins desta Política, entende-se por:

I - **Ambiente interno:** todos os elementos que fazem parte da organização, como missão, visão, valores, estrutura de governança, políticas e procedimentos. O ambiente interno é a base para o processo de gestão de riscos, provendo disciplina e alinhamento com o propósito da empresa;

II - **Fixação de objetivos:** a organização deve ter objetivos fixados e comunicados, em todos os níveis. A explicitação dos objetivos, alinhados à missão e à visão da CTD, é condição necessária para possibilitar a identificação de eventos que possam impedir sua consecução;

III - **Identificação de riscos:** os riscos inerentes às atividades da CTD devem ser identificados e registrados, em seus diversos níveis, de modo que se possa ter um histórico sobre sua gestão. Durante a identificação é importante fazer o registro dos riscos citando as possíveis causas, o evento de risco e as suas possíveis consequências;

IV - **Análise e avaliação dos riscos:** os riscos identificados devem ser analisados e avaliados sob a perspectiva da probabilidade da sua ocorrência e dos seus possíveis impactos, caso os eventos venham a ocorrer. Essa avaliação deve ser feita de forma qualitativa, quantitativa ou pela combinação de ambas, de modo a fornecer o melhor entendimento possível do risco;

V - **Resposta aos riscos:** após a avaliação dos riscos, e de acordo com o nível de exposição estabelecido nessa política, a empresa deverá definir qual o modo de atuação mais adequado para cada caso: evitar, transferir, mitigar ou aceitar;

VI - **Controles internos:** são as normas, políticas, práticas, procedimentos, e atividades estabelecidos e executados para mitigar os riscos que a empresa optou por tratar. Podem estar distribuídos por todos os níveis e funções da organização. Incluem todas as atividades que buscam diminuir a chance da ocorrência de um risco, bem como a preparação prévia de ações de contingência, que visam minimizar os impactos decorrentes da materialização dos riscos;

VII - **Informação e Comunicação:** informações relevantes sobre os riscos devem ser identificadas, coletadas e comunicadas, com a frequência e temporalidade necessária, de forma a permitir que as pessoas cumpram com suas responsabilidades. A comunicação das informações produzidas deve atingir todos os níveis, por meio de canais claros e abertos, que permitam que a informação flua em todos os sentidos e auxilie na tomada de decisões;

VIII - **Monitoramento:** são atividades gerenciais contínuas e/ou avaliações independentes que têm como objetivo avaliar a qualidade da gestão de riscos, buscando assegurar que essa

funcione como previsto, ou que possa trazer insumos de melhorias que possam ser implementadas, buscando o aprimoramento contínuo do processo de gestão e riscos;

IX - **Probabilidade:** a chance de ocorrência dos riscos;

X - **Impacto:** o dano ou prejuízo causado por esses riscos, caso venham a se materializar;

XI - **Apetite aos Riscos:** o quanto uma organização está disposta a aceitar riscos, indicando quais deverão ou não ser tratados de forma mais enfática, sendo que riscos que se enquadrarem dentro do apetite aos riscos são considerados aceitáveis e não exigirão a adoção de medidas de tratamento (resposta aos riscos);

XII - **Tolerância aos Riscos:** a faixa de riscos que a empresa pode assumir que são toleráveis, embora sugira que devem ser tratados assim que possível;

XIII - **Riscos Intoleráveis:** aqueles cujo nível de criticidade é extremo e que devem ser tratados com a maior presteza e seriedade possíveis, devendo os gestores dos riscos elaborar planos de ações e controles internos com o objetivo de reduzir sua criticidade, movendo-os para a área de tolerância ou de apetite aos riscos.

CAPÍTULO V – DOS CRITÉRIOS DE RISCO

Seção I – Das Tabelas de Probabilidade e de Impacto

Art. 7. A análise e avaliação dos riscos seguirão os critérios de probabilidade e impacto.

Art. 8. Os riscos identificados devem passar por uma análise de criticidade, com a finalidade de identificar possíveis impactos para a consecução dos objetivos da empresa e propiciar a escolha da resposta mais adequada considerando os critérios de apetite e tolerância.

Art. 9. Sempre que um risco apresentar impacto em mais de uma dimensão, será considerada aquela que apresentar maior nível, conforme tabelas a seguir.

	PROBABILIDADE				
	Muito Baixo	Baixo	Moderado	Alto	Muito Alto
Chances de Ocorrer	Abaixo de 10%	Entre 10 e 20%	Entre 20 e 40%	Entre 40 e 60%	Acima de 60%
Probabilidade qualitativa	Evento EXTRAORDINÁRIO,	Evento CASUAL e INESPERADO,	Evento ESPERADO e	Evento USUAL e com histórico	Evento REPETITIVO E

	sem histórico de ocorrência	sem histórico de ocorrência	com histórico baixo de ocorrência	RAZOÁVEL de ocorrência	CONSTANTE
--	-----------------------------	-----------------------------	-----------------------------------	------------------------	-----------

Tabela 1 – Escala de Probabilidade

	IMPACTO				
	Muito Baixo	Baixo	Moderado	Alto	Muito Alto
Custo	Até 0,25% do Faturamento	Acima de 0,25 até 0,5% do Faturamento	Acima de 0,5 até 1,5% do Faturamento	Acima de 1,5 até 4% do Faturamento	Acima de 4% do Faturamento

Tabela 2 – Escala de impacto em custo

	IMPACTO				
	Muito Baixo	Baixo	Moderado	Alto	Muito Alto
Tempo	Até 5% de aumento de tempo	Acima de 5% até 10% de aumento de tempo	Acima de 10% até 15% de aumento de tempo	Acima de 15% até 20% de aumento de tempo	Acima de 20% de aumento de tempo

Tabela 3 – Escala de impacto em tempo

	IMPACTO				
	Muito Baixo	Baixo	Moderado	Alto	Muito Alto
Qualidade	Degradação Imperceptível na qualidade dos produtos e Serviços internos e externos oferecidos	Degradação pequena na qualidade dos produtos e serviços internos e externos oferecidos, sem que isso cause impactos nos clientes	Degradação perceptível na qualidade dos produtos e serviços internos e externos oferecidos, causando impactos pequenos nos clientes	Degradação considerável na qualidade dos produtos e serviços internos e externos oferecidos, causando grandes impactos nos clientes	Degradação que inviabiliza a prestação dos serviços/produtos ou que impossibilita sua recuperação

Tabela 4 – Escala de impacto em qualidade

	IMPACTO				
	Muito Baixo	Baixo	Moderado	Alto	Muito Alto
Estratégia	Não causa nenhum impacto na estratégia da organização	Afeta alguma(s) ação(ões) estratégicas, sem comprometer as iniciativas estabelecidas, demandando alguma readequação da(s) ação(ões)	Afeta alguma(s) iniciativa(s) estratégicas, porém com baixo comprometimento no(s) objetivo(s) estabelecido(s)	Afeta fortemente um ou mais objetivos estratégicos	Inviabiliza a consecução da estratégia e missão da organização

Tabela 5 – Escala de impacto na estratégia

§ 1º. Para a aplicação da tabela de impacto em custo será considerado o faturamento do exercício anterior.

§ 2º. Para a aplicação da tabela de impacto em qualidade será considerado que a qualidade está ligada a (por exemplo): imagem positiva da CTD; percepção positiva do cliente sobre valor agregado; não haver retrabalho; atender a expectativa; eliminar defeitos; prevenir; fazer certo da 1ª vez; satisfação do cliente; fazer sempre igual (padrão); cumprir prazos e orçamentos.

Seção II – Da Matriz de Riscos

Art. 10. Os riscos avaliados serão enquadrados na matriz de riscos, que é formada pela intersecção entre a probabilidade e o impacto e separada por quadrantes e áreas de criticidade conforme modelo abaixo.

PROBABILIDADE	Muito Alto = 5	5	10	15	20	25
	Alto = 4	4	8	12	16	20
	Médio = 3	3	6	9	12	15
	Baixo = 2	2	4	6	8	10
	Muito Baixo = 1	1	2	3	4	5
		Muito Baixo = 1	Baixo = 2	Médio = 3	Alto = 4	Muito Alto = 5
IMPACTO						

Figura 1 – Matriz de Riscos

Art. 11. Os riscos serão classificados de acordo com os seguintes níveis:

I – **Muito Alto e Alto:** riscos considerados intoleráveis, com grande probabilidade de ocorrência e possíveis impactos severos em um ou mais critérios, exigindo tratamento imediato por meio de ações que visem eliminar ou mitigar suas causas e/ou possíveis impactos, situando-se nos quadrantes vermelhos da matriz;

II - **Médio:** riscos considerados toleráveis, que devem ser monitorados constantemente e podem ser tratados, com probabilidade e/ou impacto médio, situando-se no quadrante amarelo da matriz;

III – **Baixo e Muito Baixo:** riscos considerados aceitáveis com probabilidade e/ou impacto baixo ou muito baixo, que devem ser monitorados de forma sistemática e rotineira, situando-se no quadrante verde da matriz;

Art. 12. Os planos de ação, elaborados em função do tratamento dos riscos, deverão conter pelo menos as seguintes informações:

I - riscos a serem tratados;

II - controles internos a serem melhorados ou implementados;

III - responsáveis pela melhoria ou implementação dos controles;

IV - prazos para melhoria ou implementação;

V - status da melhoria ou implementação (em execução, concluída, cancelada).

Parágrafo Único. Mesmo os riscos que não exijam tratamento imediato devem ser periodicamente monitorados e avaliados, em especial porque podem sofrer alterações em seus impactos e/ou probabilidades, o que pode implicar a necessidade de mudança de posicionamento na matriz de riscos.

Seção III – Do Apetite e Tolerância aos Riscos

Art. 13. Para fins desta política, a CTD define em sua matriz de riscos, conforme representado na figura abaixo:

I - apetite aos riscos: quadrante verde;

II - tolerância aos riscos: quadrante amarelo;

III - riscos intoleráveis: quadrante vermelho.

Quadrante Vermelho Risco Intolerável - Alto e Muito Alto	Apetite de Risco
Quadrante Amarelo Risco Tolerável – Médio	
Quadrante Verde Risco Aceitável – Baixo e Muito Baixo	

Figura 2 – Apetite e tolerância aos riscos

Seção IV – Da Categoria dos Riscos

Art. 14. Os riscos identificados devem ser classificados nas seguintes categorias:

I - Estratégicos: eventos que impactam na missão, nas metas ou nos objetivos estratégicos da organização;

II - Operacionais: eventos que comprometam as atividades da unidade, normalmente associados a falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, infraestrutura e sistemas, afetando o esforço da gestão quanto à eficácia e a eficiência dos processos organizacionais;

III - Conformidade: eventos referentes ao cumprimento das leis e dos regulamentos aplicáveis da organização.

CAPÍTULO VI – DAS RESPONSABILIDADES

Art. 15. A responsabilidade pela correta gestão de riscos dentro da CTD deve ser realizada de forma compartilhada, de modo que todos, em todos os níveis da organização, devem envidar os esforços disponíveis para garantir que os princípios, diretrizes e formas de atuação previstos nesta política sejam efetivamente aplicados.

Art. 16. Compete ao Conselho de Administração:

I - deliberar sobre a proposta da Diretoria Executiva para o nível de apetite e tolerância aos riscos;

II - manifestar-se sobre as sugestões de alterações da estrutura organizacional para gestão de riscos;

III - acompanhar e analisar semestralmente a listagem de riscos corporativos e os planos de ação e mitigação decorrentes;

IV - avaliar, anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas de gestão de riscos e de controles internos;

V - designar, por proposta do Diretor-Presidente, a Diretoria líder da área responsável pela gestão de risco;

VI - deliberar sobre a Política de Gestão de Riscos e suas revisões;

Art. 17. Compete à Auditoria Interna:

I - aferir a efetividade do gerenciamento dos riscos;

II - aferir a adequação das ações de tratamento e mecanismos de controles internos, recomendando, quando necessário, melhorias nos processos ao gestor de riscos; e

III - realizar reportes periódicos de suas avaliações ao Conselho de Administração.

Art. 18. Compete à Diretoria Executiva:

I - gerir os negócios da companhia de forma sustentável, considerando os riscos e oportunidades em todas as atividades sob sua responsabilidade;

II - elaborar e propor ao Conselho de Administração o nível de apetite e tolerância aos riscos;

III - patrocinar a implantação da gestão de riscos no âmbito de sua atuação;

IV - validar a listagem de riscos corporativos elaborada pela área de gestão de riscos;

V - avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas de gestão de riscos e de controles internos e prestar contas ao Conselho de Administração sobre essa avaliação;

VI - propor ao Conselho de Administração as revisões necessárias ao aprimoramento da presente política.

Art. 19. Compete aos Diretores:

I - apoiar e acompanhar seus subordinados no estabelecimento das ações de tratamento e dos mecanismos de controles para os riscos e incidentes identificados;

II - apoiar a área de gestão de riscos na elaboração da listagem de riscos corporativos.

Art. 20. Compete ao Diretor Presidente:

I - definir diretrizes, metodologias e práticas de gerenciamento de riscos corporativos na CTD, coordenando sua disseminação e implementação por meio da área de gestão de riscos;

- II - definir as responsabilidades vinculadas às atividades de gestão de riscos e escopos de atuação;
- III - acompanhar e administrar a listagem de riscos corporativos da CTD;
- IV - apresentar a listagem de riscos corporativos periodicamente ao Conselho de Administração;
- V - reportar, periodicamente, as atividades de gestão de riscos ao Conselho de Administração;
- VI - dirigir e coordenar a área responsável pela gestão de riscos.

Art. 21. Compete à área responsável pela gestão de riscos:

- I - contribuir para a disseminação da cultura de gestão de riscos em toda a organização;
- II - propor diretrizes, metodologias e práticas de gerenciamento de riscos corporativos;
- III - propor as responsabilidades vinculadas às atividades de gestão de riscos e escopos de atuação;
- IV - apoiar os gestores das áreas na definição de planos de ação e mitigação necessários ao tratamento dos riscos sob sua responsabilidade;
- V - acompanhar a implementação dos planos de ação e mitigação e aferir sua eficácia na redução da criticidade dos riscos;
- VI - monitorar constantemente a implementação da gestão de riscos dentro da organização, buscando melhorar, ajustar e adaptar em virtude de mudanças no ambiente;
- VII - elaborar a listagem de riscos corporativos da CTD, submetendo-a ao crivo da Diretoria Executiva;
- VIII - preparar relatórios periódicos de consolidação dos riscos (listagem de riscos corporativos) da empresa e de acompanhamento de planos de ação e mitigação e controles internos;
- IX - promover treinamentos e acompanhar a aplicação das etapas de identificação do risco, avaliação da severidade, priorização do risco e a implementação de respostas aos riscos.

Art. 22. Compete às Gerências e às Coordenações vinculadas imediatamente às Diretorias:

- I - atuar diretamente na gestão de riscos de sua área, privilegiando a identificação, análise e avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos sob sua responsabilidade;
- II – elaborar e assegurar a implementação dos planos de ação de tratamento dos riscos;

III - descrever diretrizes e procedimentos para as ações individuais na implementação da gestão de riscos na sua área de atuação, a fim de assegurar que a resposta aos riscos seja efetivada;

IV - acompanhar constantemente os indicadores de riscos e controles internos, alertando o mais breve possível para possíveis desvios indesejados;

V - assegurar que a cultura da gestão de riscos seja disseminada por toda sua área de atuação.

CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. As regras, padrões e procedimentos necessários devem ser detalhados em outros instrumentos normativos, sempre alinhados aos princípios e diretrizes, aqui estabelecidos.

Art. 24. As exceções, eventuais violações e casos omissos a esta política devem ser submetidos à apreciação da área responsável pela gestão dos riscos corporativos.

Art. 25. A presente Política de Gestão de Riscos foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A., sendo que qualquer alteração ou revisão posterior deverá ser submetida a este órgão da administração, passando a vigorar a partir de 01/08/2022.